

TEORIA DO PROCESSO

2021/2022 – 2.º Semestre

Exame escrito: 17.06.2020

Duração: 3 horas

Processo Civil

António e Joana Santos e os filhos moram numa vivenda em Loures. Após vários assaltos a vizinhos, decidiram comprar um sistema de alarme à empresa Segurança Garantida, Lda. ("SG"). De acordo com o contrato que celebraram, a SG fornecia um conjunto de equipamentos de alarmes, ligados a uma central gerida pela empresa. Esta central funcionava 24h durante todos os dias do ano e, sempre que o alarme era ativado, fazia, através de câmaras instaladas na casa, monitorização da casa.

No dia 15 de agosto de 2021, estando a família Santos ausente de casa, em férias, o alarme da sua casa foi acionado, pelas 8h da manhã. Na central de segurança, os funcionários da SG de imediato contactaram o telefone de emergência de António Santos. Este apenas respondeu umas horas depois e foi informado pelo funcionário da SG de que nas câmaras de vigilância nada de estranho se via. António informou o funcionário de que provavelmente o alarme havia sido acionado pelo gato da família que tinha ficado em casa.

Quando a família regressou, uma semana depois, encontraram a casa revirada. Informaram que haviam sido furtados vários equipamentos eletrónicos (computadores, televisões, impressoras), valiosas joias de família e ainda cerca de 50.000€ que guardavam num cofre. Tudo computado, afirmam que os prejuízos ascendem a 200.000€.

António e Joana Santos entendem que têm direito a ser indemnizados pela SG, pois foi o sistema de alarme que contrataram não impediu o assalto, conforme lhe foi garantido. Já Segurança Garantida entende que cumpriu com as obrigações que constam do contrato, nada mais lhe podendo ser exigido. Mais entende que os danos alegados são claramente exagerados.

1. As partes decidem iniciar uma mediação para procurar uma solução de consenso. Porém, no fim da primeira sessão os ânimos exaltam-se quando o representante da SG insinuou que os bens que alegadamente foram furtados eram invenção do casal. Imaginando que era o mediador, que atitude tomaria? (3v)
2. No contrato entre as partes constava a seguinte cláusula: "Qualquer litígio poderá ser resolvido por arbitragem, no Centro de Arbitragem de Consumo de Lisboa." O casal Santos decide iniciar arbitragem ad hoc, enviando carta à SG, onde nomeia como árbitro um advogado renomado e especialista em questões de responsabilidade civil contratual, que conhece muito bem pois é seu vizinho há largos anos e até já foi assaltado. Imagine que é advogado da Segurança Garantida, como responderia a esta carta? (3v)

3. Imagine agora que António e Joana iniciariam ação judicial no Tribunal de Lisboa. O caso segue a tramitação processual civil normal.
- SG junta ao processo uma gravação de vídeo recolhida na casa do casal Santos pelo sistema de alarme em julho de 2021, onde se ouve uma discussão entre António e Joana, esta acusando António de tirar cerca de 30.000€ do cofre e perguntando-lhe onde tinha gasto o dinheiro. Esta prova é admissível? (2v)
 - Em audiência de julgamento, uma testemunha afirma que naquele dia – 15 de agosto de 2021 - houve uma quebra geral de tensão e os alarmes, durante cerca de 3h, entre as 9h e as 12h, deixaram de funcionar no quarteirão onde a casa se encontra. Pode o juiz considerar este facto ao decidir a ação? (3v)

Processo Penal e Processo de Contraordenação

4. Imagine que a família Santos do caso anteriormente descrito, antes de ir de férias, entrega o seu cão ao cuidado de Duarte, pai de Joana Santos, para que este tome conta dele enquanto a família vai de férias. Duarte afeiçoa-se ao cão, decide ficar com ele e recusa-se a entregá-lo à filha no seu regresso de férias (crime de abuso de confiança previsto no artigo 205.º, n.º 1, do Código Penal).

Indique que forma de processo penal pode ser seguida neste caso e os respetivos pressupostos. Justifique. (3 v)

5. O *Banco Pluriserviços* foi condenado pela autoridade administrativa devido à prática de uma contraordenação decorrente da violação do dever de informação aos clientes.

De acordo com a decisão condenatória da autoridade administrativa, o *Banco Pluriserviços* vendeu a Beatriz, cliente do banco, um instrumento financeiro de risco, sem a ter informado sobre esse risco e tendo garantido que o investimento era tão seguro como um depósito a prazo.

O *Banco Pluriserviços* impugnou judicialmente esta decisão. No julgamento, os depoimentos do funcionário do banco e de Beatriz foram contraditórios. O funcionário assegurando que tinha informado a cliente de todos os riscos e Beatriz negando que lhe tivesse sido dada essa informação.

Atendendo à contradição entre os depoimentos, o tribunal tem de dar por não provada a falta da prestação de informação a Beatriz e, em consequência, absolver o *Banco Pluriserviços*? Justifique. (3 v)

6. Imagine que o art. 262.º, n.º 2 do Código de Processo Penal era alterado e passava a ter a seguinte redação: "Verificada a notícia de um crime, o Ministério Público pode abrir inquérito." *do sempre legal → pode abrir*

Apreece a conformidade desta redação da norma com os princípios aplicáveis ao processo penal. (3 v)

Boa sorte!